

O INDIVÍDUO NA HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XIX: GEORGI PLEKHANOV E A CRÍTICA AO HISTORICISMO

JULIANO MEDEIROS*

Resumo: O presente artigo busca analisar as contribuições de Georgi Plekhanov como crítico do historicismo e pioneiro da perspectiva teórica marxista para a produção do conhecimento e a consolidação da disciplina histórica. Analisando a temática do lugar do indivíduo na história, Plekhanov revelou-se um importante crítico do historicismo e da História Política dos “grandes heróis”. Ao mesmo tempo, buscaremos demonstrar como o pensador russo interagiu com outras perspectivas teóricas, como é o caso dos historiadores franceses da época da Restauração. Buscaremos aferir a influência de Plekhanov e seu pensamento entre os círculos intelectuais de sua época, bem como a contribuição dada por ele à reflexão dos estudos históricos no final do século XIX, enriquecendo a diversidade no panteão dos grandes pensadores do “Século da História”.

Palavras-chave: Teoria da História. Plekhanov. Historicismo.

Resumen: Este trabajo analiza las contribuciones de Georgi Plekhanov como crítico del historicismo y pionero de la perspectiva teórica marxista para la producción del conocimiento y la consolidación de la disciplina histórica. Analizando el tema del lugar del individuo en la historia, Plekhanov se mostró un importante crítico del historicismo y de la historia política de los "grandes héroes". Al mismo tiempo, intentaremos demostrar cómo el pensador ruso interactuó con otras perspectivas teóricas, como los historiadores franceses de la época de la Restauración. Trataremos de evaluar la influencia de Plekhanov y su pensamiento en los círculos intelectuales de su tiempo, así como su contribución a la reflexión de los estudios histórico a finales del siglo XIX, valorando la diversidad en el panteón de los grandes pensadores del "siglo de la historia".

Palabras claves: Teoría de la Historia. Plekhanov. Historicismo.

Georgi Valentinovitch Plekhanov nasceu em 1856, na cidade de Gudalovka, Rússia. Foi um dos fundadores do movimento socialdemocrata russo – como então era chamado o movimento comunista – e um dos primeiros a se intitular marxista naquele país. Entre suas obras estão *O socialismo e a luta política* (1883), *Anarquismo e Socialismo* (1894), *Nossas Diferenças* (1895), *Ensaio sobre o desenvolvimento e a*

Artigo recebido em 09 de julho de 2014 e aprovado para publicação em 14 de outubro de 2014.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília

concepção monista da História (1895) e *A concepção materialista da História* (1897), na qual aprofunda o tema do indivíduo na história e critica o historicismo. É um dos primeiros a desenvolver estudos teóricos acerca da produção do conhecimento histórico a partir de uma perspectiva marxista, dedicando-se ao tema do “indivíduo na história” por mais de uma vez.

Aliás, o lugar do indivíduo na história é uma antiga discussão que tem como objetivo explicar a influência que o indivíduo exerce no processo histórico. Para alguns, os indivíduos – especialmente os chamados “grandes homens”, os “gênios”, os “heróis”, os “rebeldes”, os “inovadores” – possuem um papel determinante na história, enquanto para outros, possuem um papel relevante, importante. Outros, ao contrário, consideram que o indivíduo é mera manifestação de forças impessoais, seja a razão, a cultura, a sociedade, etc.¹ O problema principal que a História enfrentou no seu nascimento como disciplina foi, precisamente, o de unir as várias realidades individuais numa unidade lógica que desse sentido às conexões entre os fatos. Essa realidade do passado teria um *sentido* e por isso a Filosofia da História surgirá tentando explicar esse sentido através da própria história – e não mais da “Providência”. Ao ganhar autonomia e legitimidade, a noção de uma história-exemplo, ou história *magistra vitae*, vai perdendo sentido².

Por isso uma das características mais constantemente atribuídas à historiografia do século XIX, quando a História adquire a condição de disciplina autônoma, é sua ênfase na importância da ação individual dos grandes personagens históricos. Essa “história dos heróis” seria, para Thomas Carlyle, o símbolo de todas as lutas e conquistas da humanidade, uma “encarnação do universal”³. Nessa perspectiva, cabe sublinhar, o indivíduo pode ser uma manifestação no máximo específica de uma história imanente ou transcendente, ou mesmo do espírito, para usar um termo caro a Hegel.

Evidentemente, a História, tanto aquela produzida pelo historiador na forma de historiografia, quanto a que entendemos como realidade histórica vivida, não acontece sem indivíduos. Afinal, eles são a matéria-prima das sociedades humanas. Porém, o processo de produção do conhecimento histórico nem sempre soube encontrar um justo

¹ VIANA, Nildo Silva. O papel do indivíduo na história. *In: Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 14. Nº 21, 2013, p. 118.

² Embora seja útil lembrar que a própria concepção de “história mestra da vida” também utiliza exemplos individuais, como comprovam a produção historiográfica em torno da vida dos santos.

³ LOPES, Renato. Thomas Carlyle (1795-1881). *In: MARTINS, Estevão Rezende de (Org.). A história pensada: teoria e método na historiografia europeia no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 21.

equilíbrio entre o geral e o particular, isto é, entre o lugar das ações conscientes dos indivíduos na busca por determinar – ou influenciar – os processos históricos e as condições “herdadas” por eles na forma de realidade concreta. Ou, ainda, num terceiro plano, os próprios resultados que as ações podem ter a despeito do que fora planejado pelos indivíduos. Como afirma Carr:

O culto do indivíduo é um dos mais penetrantes mitos da história moderna. De acordo com Burckhardt, na sua conhecida obra *A cultura do Renascimento na Itália*, cuja segunda parte tem como subtítulo “O Desenvolvimento do Indivíduo”, o culto do indivíduo começou com o Renascimento, quando o homem, que até então fora “consciente de si mesmo apenas como membro de uma raça, de um povo, destacamento, família ou nação”, afinal, “tornou-se um indivíduo espiritual e reconheceu-se como tal”. Mais tarde, o culto foi relacionado com a ascensão do capitalismo e do protestantismo, com as origens da revolução industrial e com as doutrinas do *laissez-faire*. Os direitos do homem e do cidadão proclamados pela Revolução Francesa eram os direitos do indivíduo. O individualismo foi a base da grande filosofia do século 19, o utilitarismo⁴.

Para tornar ainda mais complexa a questão, ao longo do século XX, surgiram novas abordagens, que enfatizavam o tempo histórico da *longa duração* – diluindo fortemente o papel dos indivíduos particulares – ou ainda, que propuseram uma análise historiográfica em uma escala reduzida, tanto temporal quanto espacialmente, como a micro-história, onde um único indivíduo pode ser ou não o ponto de partida para a compreensão de uma realidade mais abrangente.

Do ponto de vista teórico, esta questão nos parece profundamente atual. A retomada da história política, por exemplo, depara-se constantemente com o tema do indivíduo e suas decisões. Além disso, as biografias encontram-se numa zona de conflito dentro da historiografia, apesar do surgimento de novas abordagens que destacaram o valor desse tipo de produção historiográfica. Como interpretar, por exemplo, os efeitos políticos e sociais do suicídio de Vargas (em última instância, uma decisão individual) ao produzirmos uma história política do Brasil no período democrático entre 1946 e 1964? Ao reivindicar uma “renovação” deste campo do saber histórico, René Rémond destaca a sua surpresa ao ver perpetuada a caricatura de uma história política cada vez mais distanciada da realidade da disciplina histórica. O historiador francês destaca que:

⁴ CAAR, Edward. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 33.

Durante séculos, a chamada história política – a do Estado, do poder e das disputas por sua conquista ou conservação, das instituições em que ele se concentrava, das revoluções que o transformavam – desfrutou junto aos historiadores de um prestígio inigualado devido a uma convergência de fatores. Talvez eles a achassem mais fácil de reconstituir por basear-se em fontes que tinham a dupla vantagem de ser regularmente constituídas – já que estabelecidas por uma administração cuja função era operar por meio de textos que deixavam um vestígio escrito – e estar classificadas e conservadas, e, portanto, acessíveis em um momento posterior. No Antigo Regime, a história era naturalmente ordenada tendo em vista a glória do soberano e a exaltação da monarquia. As revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não destronaram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objeto. Em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais, às lutas por sua unidade ou emancipação, às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, aos confrontos entre as ideologias políticas⁵.

Quando uma nova geração de historiadores se insurgiu contra a hegemonia do político, nas primeiras décadas do século XX, privilegiando os estudos sobre o trabalho, a produção, as trocas, as técnicas, enfim, sobre o social e o econômico, o *indivíduo* praticamente desapareceu da disciplina histórica. Para eles, a história política dava uma atenção desmedida aos humores, às vontades e aos problemas de saúde dos grandes dirigentes. Caía no psicologismo e perdia-se em conjecturas sobre as suas verdadeiras intenções, como se estas pudessem mudar o curso de uma história que é essencialmente conduzida por movimentos impessoais e anônimos, cuja amplitude transcende às escolhas individuais⁶. Como é comum a toda nova tradição que sente a necessidade de contrapor-se ferozmente ao que considera ultrapassado, a chamada *Escola dos Annales* colocou em xeque a história política, e junto com ela, sepultou por muito tempo o papel dos indivíduos na história. Apenas décadas mais tardes o debate ressurgiria, renovado pela micro-história e pela chamada *história das mentalidades*.

Uma breve retrospectiva do problema

Nosso objetivo, no entanto, é ir um pouco além nessa retrospectiva. Buscaremos desenvolver um ensaio de história da historiografia, conforme sugere Malerba, ao afirmar que “não deveria haver historiador profissional que não pensasse cada etapa e implicação de seu ofício; que não ponderasse sobre o fato de que todo problema

⁵ RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 15.

⁶ Ibid., p. 18.

histórico, ao se tornar matéria da prática e da razão histórica, parte do texto e culmina no texto”⁷. Nessa perspectiva, o tema do indivíduo na produção historiográfica é parte de um momento fundamental no desenvolvimento histórico da própria disciplina, que serve como exemplo da articulação entre teoria, metodologia e crítica historiográfica, além de ser útil ainda hoje como meio para pensarmos certa relação fundamental entre historiografia, ética e política.

A questão do indivíduo na história serve, pois, como meio para acessarmos um momento de profundas transformações na disciplina histórica. Contudo, buscaremos evitar o percurso tradicional que enfatiza o papel decisivo dos *Annales* na mudança dos paradigmas da produção historiográfica nas primeiras décadas do século passado. Antes deles, outros já buscavam enfrentar os limites e apontar os desafios da História a partir seu percurso ao longo do século XIX. A História sofreu profundas mudanças ao longo do século XIX que culminaram no surgimento de uma “história-ciência”. Nesse período, a História ganhou um novo sentido: o de conhecimento controlável e demonstrável, chamada científica, cognoscível e explicável a partir da utilização de métodos e teorias. A História cujo renascimento se organiza e estrutura na passagem do Iluminismo para o Romantismo e se consolida ao longo do século XIX nos cenários do positivismo, do historicismo e das escolas metódicas, é a História como ciência⁸.

Nesse intuito, foram estabelecidos parâmetros metódicos obrigatórios para que o conhecimento histórico pudesse ser considerado confiável e foram produzidos os primeiros grandes tratados que buscaram normatizar a produção historiográfica, sobretudo na França e Alemanha, com Buchez, Ranke, Droysen, chegando até Langlois, Seignobos e Karl Lamprecht. Com diferenças importantes entre si, esses pioneiros da história-ciência tinham em comum a crença na possibilidade de um conhecimento histórico objetivo, imune às influências, paixões e opiniões dos indivíduos que o produziam. Para alcançar esse objetivo, recomendava-se manter a máxima fidelidade às fontes, que exprimiriam em si, os acontecimentos históricos. O historiador, assim, seria um especialista na tradução dos fatos registrados nas fontes para a forma de conhecimento histórico, de acordo com o paradigma das ciências naturais de mínima influência do sujeito sobre o objeto.

⁷ MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita, teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 12.

⁸ MARTINS, Estevão Rezende de. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: COSTA, Cléria Botelho. *Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15, 2002. p. 9-10.

Como vimos, as fontes mais acessíveis eram aquelas que versavam sobre os assuntos de Estado. Portanto, a história política e os grandes personagens históricos ganhavam relevo não só pela opção metodológica dos historiadores, mas pela facilidade com que era possível acessar esses documentos. Justificar, a partir disso, a necessidade de manter o máximo rigor crítico diante de documentos, que não eram neutros, reforçava uma determinada visão da História. Isso não significa que os historiadores alemães acreditavam num conhecimento “neutro”. Por isso sua preocupação com a crítica das fontes e a objetividade da pesquisa histórica. Pela mesma razão eles propunham uma aproximação cuidadosa em relação às fontes, e isto porque procuravam produzir enunciados privilegiados, mas explicitavam as dificuldades teórico-metodológicas para a consecução desse objetivo. É particularmente ilustrativa a forma como Johan Gustav Droysen (1808-1884) aborda a relação entre fidelidade metódica às fontes e História política dos grandes heróis. É nas perguntas feitas pelo historiador nacionalista alemão que se revela a importância atribuída por ele aos indivíduos:

O método – ou a técnica – atualmente usual da pesquisa histórica desenvolveu-se a partir de estudos de épocas das quais, ao menos para a História Política, pouco ou nada restou além do tipo de visão anteriormente caracterizada, dada a partir de narradores mais ou menos contemporâneos entre si. Muito do que gostaríamos de investigar não foi compreendido em sua própria época; à pergunta como nosso imperador manteve nos Alpes milhares de homens e cavalos em suas viagens a Roma, à pergunta como o comércio do Mediterrâneo se organizou após a revolução que Alexandre Magno levou à Ásia: a tais perguntas as fontes não nos darão qualquer resposta⁹.

Vemos, nesta passagem, algumas das características principais da escola historiográfica alemã da primeira metade do século XIX, tal como a preocupação com os métodos para se alcançar o conhecimento histórico – o trabalho com as fontes – e a ênfase nas questões relacionadas aos grandes eventos históricos. Não podemos negligenciar o fato de que Droysen tenha tido uma importante passagem como militante da causa da unificação alemã, tendo sido eleito representante para a Assembleia Constituinte convocada para unificar os estados alemães em 1849. Seu interesse pela História Política, com ênfase nos grandes personagens históricos, também se revela na sua obra sobre a Antiguidade e a biografia de Alexandre, publicada por ele em 1833. O mesmo vale para Wilhelm von Humboldt (1767-1835), que além de historiador, foi

⁹ DROYSEN, Johan Gustav. Arte e Método. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 43.

diplomata, conselheiro de Estado e Diretor da seção de Culto e Ensino da Prússia¹⁰. Para ele, também a tarefa do historiador consistia, basicamente, em “expor o acontecimento”, e maior seria seu sucesso quanto mais “pura” fosse essa exposição. Outro expoente da História Política que se notabilizou durante o século XIX pela combinação entre rigor metódico e engajamento político foi Theodor Mommsen, que com sua *História de Roma*, foi acusado de transferir para o texto histórico os dilemas da unificação alemã em sua época, de modo que o público se reconhecesse na velha Roma, ao mesmo tempo em que fazia de Júlio César o arquétipo do herói que a unificação alemã pedia¹¹. Como vemos, o interesse pelas questões do momento influenciava a produção historiográfica. Essa dinâmica levou à criação de várias cadeiras de história contemporânea, que atraíam grande público, desviando os historiadores da ciência para a atuação política, cadeiras estas ocupadas por historiadores como Droysen, Sybel ou Gervinus, dentre outros. O envolvimento político destes historiadores fez com que o problema do indivíduo fosse colocado no interior do historicismo, o que também ocorre no que chamamos de renascimento da história política e na produção de biografias. Enfim, o que estava em questão não eram apenas questões gnosiológicas, mas um problema de base propriamente política, uma intenção de agir em seu próprio mundo. Com isso, o estudo da história política conduzia cada vez mais à rejeição da possibilidade de uma ética racional de direitos e valores universais, comum a todos os homens, pois cada vez mais era vinculada a situações históricas específicas¹². Com isso, percebe-se que os historicistas alemães, embora evidenciassem a necessidade de se seguir teorias e métodos sofisticados para a produção de enunciados privilegiados, ao mesmo tempo explicitavam a dificuldade em se conseguir êxito, o que abriu as portas para um ceticismo radical em relação à própria possibilidade de êxito no que tange à produção de enunciados privilegiados.

Evidentemente, seria um equívoco simplificar o processo de consolidação da História como disciplina apenas à combinação entre adoção de procedimentos e

¹⁰ CALDAS, Pedro. Wilhelm von Humboldt (1767-1835). In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 73.

¹¹ *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 106.

¹² BENTIVOGLIO, Júlio. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. In: *Revista de Teoria da História*, Ano 1, Número 3, junho/2010, p. 33.

métodos de análise das fontes e a opção pela história política dos grandes personagens como objeto de estudo. Outros temas como a cultura, a arte e a diplomacia também eram objeto dos historiadores do século XIX. Ampliando o olhar para além da Alemanha, porém, veremos historiadores franceses, suíços e ingleses, dedicando-se a abordagens semelhantes àquela desenvolvida pelo historicismo alemão. George Macaulay Trevelyan (1876-1962), historiador de Cambridge, afirmava a respeito das biografias históricas, que “a função capital de tais vidas é, então, oferecer material para o juízo, mais do que pronunciar um juízo”¹³.

Nenhum dos grandes nomes da História do século XIX, porém, seria tão decisivo para fortalecer os pressupostos historiográficos “dominantes” quanto Leopold von Ranke (1795-1886). Criticado por Hegel, Marx e Droysen, admirado por tantos outros, Ranke foi um dos mais importantes historiadores de seu tempo. Defensor contumaz da objetividade na produção historiográfica acreditava que o historiador deveria assumir uma posição ascética, num esforço de depuração das paixões que podiam “contaminar” a produção do conhecimento histórico. A objetividade e imparcialidade do historiador na reprodução do passado histórico e o valor do documento oficial para a produção da “história verdadeira” representam as marcas mais conhecidas da obra de Ranke. Para ele, a importância dos acontecimentos históricos estava ligada – ou era atribuída – à ação dos grandes líderes nacionais: chefes de Estado, Reis, Príncipes, etc. O Estado Nacional, portanto, é apresentado como o próprio “motor” das transformações e do progresso da História. Essa perspectiva, porém, foi questionada por seus contemporâneos, muito antes da proclamada “revolução” dos *Annales*. Como lembra René Rémond:

Marx e Freud, cada um à sua maneira e por vias diferentes, contribuíram igualmente para acabar com o prestígio da história política. Um, fazendo da luta de classes, ela mesma resultante do processo econômico, o motor da história, desclassificou o político. O outro, pondo em plena luz o papel do inconsciente e atribuindo à libido, às pulsões sexuais, grande parte da responsabilidade pelos comportamentos individuais, ocultou a ambição e o apetite de poder próprios do político¹⁴.

¹³ TREVEYLAN, George. Viés na História (1947). MARTINS, Estevão Rezende de (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 141.

¹⁴ RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 20.

Hegel, embora admita que o historiador deva buscar conhecer a história “como ela foi”, critica as pretensões de objetividade, afirmando que mesmo o historiador que assume a condição de inventariante, apenas relatando os fatos sem emitir sobre eles qualquer juízo, não é passivo e sempre vê o mundo a partir de suas categorias e valores¹⁵. Mesmo quando aplicavam teorias e métodos sofisticados para a produção de enunciados privilegiados, os historicistas conheciam os limites possíveis para a consecução das pretensões de objetividade.

Outra concepção de História que ganhou rápida influência na segunda metade do século XIX, questionando fortemente as correntes dominantes na historiografia alemã e francesa, é aquela presente nas ideias de Karl Marx e Friedrich Engels. Muito antes do surgimento dos *Annales*, os autores do *Manifesto Comunista* já haviam proposto uma teoria da história bastante distinta daquela desenvolvida pelos historiadores liberais franceses ou pelo historicismo alemão.

Apesar de críticas com as de Karl Popper, para quem Marx e Hegel são igualmente responsáveis por um tipo de “historicismo” que sustenta a visão equivocada de que a História teria um padrão e um significado que, se compreendidos, poderiam ajudar a prever e conformar o futuro, o marxismo foi um importante manancial de críticas ao pensamento dos principais historiadores do século XIX. Na verdade, para Marx, a história não tinha em si nenhum significado além daquele que os homens, em seus vários estágios de desenvolvimento, lhe conferem¹⁶. É verdade que o pensamento de Marx dialoga permanentemente com a noção positivista de *progresso*, já que seu modelo de interpretação histórica apresenta um quadro em que os modos de produção foram historicamente superados por formas “superiores” de organização social. Porém, Marx deixa claro que o processo histórico é determinado pelos homens na sua relação entre si e com o meio em que estão inseridos a partir de suas necessidades materiais. A única “lei da história” seria a própria luta dos contrários, ou seja, a lei que rege todas as relações humanas: a dialética em sua versão e o materialista. Nesse sentido, Marx atribui um peso muito pequeno aos grandes personagens e ao Estado como agente das mudanças históricas.

¹⁵ GRESPAN, Jorge. Hegel e o Historicismo. *História Revista - Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG*, Vol. 7, nº 1, 2002, p. 60.

¹⁶ BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2001, p. 179.

Engels, por sua vez, se interessava mais pelas discussões acerca da História. Ele criticou sua própria falta de rigor metodológico ao escrever *As guerras camponesas na Alemanha*. Reconheceu que recorrer à bibliografia sobre o período não era suficiente para desenvolver um estudo histórico profundo e planejava, no final de sua vida, realizar uma profunda revisão do livro publicado em 1850¹⁷. Um dos principais discípulos de Engels, e mais destacado dirigente da II Internacional, Karl Kautsky, também dirigiria duras críticas aos historiadores alemães. Observou, por exemplo, o já mencionado perfil de Júlio César traçado por Mommsen, publicado em 1854, numa época em que Napoleão III estava sendo exaltado pelos liberais e se esforçava, ele próprio, em promover o culto ao imperador romano¹⁸. Assim, o problema do papel do indivíduo na historiografia surge, desde o ponto de vista dos marxistas, pela primeira vez, na crítica de Kautsky a Mommsen. Mas será outro marxista, porém, que colocará o tema no centro das divergências com os historiadores de seu tempo.

A Concepção Materialista da História: de Marx a Plekhanov

Nenhum marxista dedicou-se de forma tão profunda ao debate sobre a importância da História como o russo Georgi Valentinovich Plekhanov (1856-1918). Numa pequena obra intitulada *O papel do indivíduo na história* (1897) e num estudo mais completo, *Ensaio sobre o desenvolvimento monista da história* (1895), Plekhanov busca aprofundar uma concepção de História crítica àquela dominante na intelectualidade europeia no fim do século XIX.

Plekhanov foi um dos primeiros intelectuais marxistas russos. Foi considerado por Lenin como “o pai do marxismo” em seu país e, apesar de sua ruptura prematura com os bolcheviques, em 1903, conservou o respeito destes até sua morte. Proferiu diversas conferências e colaborou com vários jornais no exílio, exercendo grande influência nos círculos marxistas. Numa conferência realizada em Genebra, em 1901, Plekhanov apresentou sua concepção geral da história. Fica clara ali, sua filiação à

¹⁷ BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2001, p. 178.

¹⁸ Ibid., p. 180.

concepção marxista de história-ciência, típica do século XIX. Nela, ele dará ênfase à necessidade de compreender o *movimento da história* e do *progresso*. Diz ele que:

Este problema, o grande problema das causas do movimento histórico e do progresso do gênero humano, é o que constitui o objeto do que se denominava no passado de Filosofia da História e que, me parece, seria melhor designado pelo nome de concepção da História. Isto é, da História considerada como ciência que não se contenta em aprender como se passaram as coisas, mas que quer saber porque se passaram de tal maneira e não de outra¹⁹.

Apesar de crítico dos historiadores mais renomados de então, percebemos que Plekhanov está totalmente imerso no pensamento dominante da época, acreditando nas noções de “motor da história”, “história-ciência”, etc. Nessa mesma conferência, dedica-se a criticar as concepções “teológica” e “idealista” da história. No primeiro exemplo, seus ataques dirigem-se a Santo Agostinho, bispo de Hipona, e a Bossuet, bispo de Meaux. Ambos, segundo Plekhanov, encarariam os acontecimentos históricos como submetidos à Providência divina e estariam convencidos de que os destinos históricos – ou como preferem dizer, as revoluções dos impérios – são regulamentados pela Providência. Todos os acontecimentos históricos concorreriam para um fim último: o bem do cristianismo e a glória de Deus. Para ilustrar, Plekhanov cita texto de Bossuet:

Os judeus permaneceram até Jesus Cristo sob o poder dos próprios romanos. Quando o desconhecaram e crucificaram, estes próprios romanos, sem suspeitá-lo, prestaram seu concurso à vingança divina e exterminaram aquele povo ingrato²⁰.

A concepção “idealista” da História, por sua vez, seria um esforço para explicar de modo científico a História, surgido no século XVIII a partir dos filósofos iluministas, dentre os quais se destacaria Voltaire. Plekhanov assinala que se a concepção “teológica” da História consiste em explicar a evolução histórica pela vontade e ação, direta ou indireta, de um agente sobrenatural, a concepção idealista, por sua vez, consistia em explicar esta mesma evolução pelas mudanças dos costumes e das ideias. Como exemplo, cita Voltaire e sua explicação para a queda do Império Romano. Para ele, o fator último que explica a derrocada de Roma estaria vinculado à decisão de Constantino de “converter” o império ao cristianismo e as consequências militares e

¹⁹ PLEKHANOV, Georgi. A Concepção Materialista da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 10.

²⁰ Ibid., p. 13.

sociais que tal decisão acarretou. Plekhanov, porém, questiona essa visão: “Um homem, embora imperador, e muito perverso e muito supersticioso, seria capaz de assegurar a vitória de uma religião?”²¹. Para Voltaire, como para outros pensadores do Século das Luzes, é a opinião que governa o mundo. Helvetius e Holbach, igualmente acreditavam que os males do mundo eram obra da ignorância dos indivíduos. A fé inquebrantável na razão levava a que estes pensadores acreditassem que as mazelas do mundo fossem resultado da ignorância e que o conhecimento era a chave para o bom governo, sendo o governante, o principal sujeito da história. É na crítica à concepção “idealista” da História que surge o núcleo da tese que Plekhanov desenvolverá no ensaio *O lugar do indivíduo na história*.

Ao final da mesma conferência, Plekhanov desenvolve brevemente sua concepção de história apontando como suas principais referências Saint Simon (para o qual as ciências sociais deveriam transformar-se numa ciência tão exata quanto às ciências naturais) e Augustin Thierry, que para Plekhanov, realizou “uma verdadeira revolução na ciência histórica” da França. Para o marxista russo, “a Filosofia da História no século XVIII só conhecia o indivíduo, os grandes homens. A massa, o povo como tal, não existia para ela”. Thierry era deste ponto de vista o exato oposto desta filosofia. Como destaca Plekhanov:

A Revolução [Francesa] foi obra das massas populares e esta revolução, cuja lembrança estava tão fresca nos tempo da Restauração, já não permitia encarar o movimento histórico como obra de indivíduos menos sábios e mais ou menos virtuosos. Em lugar de se ocupar com os feitos e façanhas dos grandes homens, os historiadores quiseram desde então ocupar-se da história dos povos²².

Tanto Thierry quanto outros historiadores franceses do período da Restauração, a exemplo de Mignet, sustentavam que é a luta entre interesses opostos que definem o movimento social. Plekhanov cita ainda Guizot, para quem era mais sábio “estudar a própria sociedade para conhecer e compreender suas instituições políticas”²³. Plekhanov saúda a tendência a privilegiar o estudo das instituições sociais e das condições econômicas a tarefa primordial da ciência histórica e cita Karl Lamprecht²⁴:

²¹ Ibid., p. 16.

²² Ibid., p. 24.

²³ Ibid., p. 27.

²⁴ Karl Lamprecht (1856-1915) foi contemporâneo de Plekhanov. Lecionou na Universidade de Marburg e posteriormente na Universidade de Leipzig, na qual fundou um centro de estudos comparativos entre

Ultimamente os historiadores alemães têm sustentado uma polêmica muito viva sobre o papel dos grandes homens na História. Uns se inclinavam a ver na atividade política desses homens a mola principal e quase única do desenvolvimento histórico, enquanto outros afirmavam que semelhante ponto de vista é unilateral e que a ciência histórica deve levar em conta não só a atividade dos grandes homens, e não só a história política, mas todo o conjunto da vista histórica em geral (*das Ganze des geschichtlichen Lebens*). Um dos representantes desta última corrente é Karl Lamprecht²⁵.

Apesar de alinhar-se à perspectiva de Lamprecht no que diz respeito ao lugar dos grandes personagens históricos, Plekhanov não deixa de criticá-lo. Ele contesta o fato de Lamprecht ver no fatalismo de Bismarck, em discursos analisados pelo historiador alemão, uma verdade absoluta quando afirma que: “não podemos realizar as grandes mudanças políticas, mas devemos levar em conta a marcha natural das coisas, limitando-nos a assegurar aquilo que já amadureceu”²⁶.

Com vimos, porém, Lamprecht não foi o primeiro a contestar a ênfase dada por seus contemporâneos à História Política. Essa tendência já estaria presente em meados do século XIX, com os historiadores franceses Guizot, Mignet e Thierry. Chateaubriand definiu essa escola como fatalista, afirmando que ela deveria tão somente “relatar sem indignação as mais atrozes ferocidades (...) e com seu frio olhar veja a vida social apenas a manifestação de leis inelutáveis”²⁷. Nesse caso, Chateaubriand nos mostra que, além de uma opção teórica distinta – o social ao invés do político – esses historiadores propõem ainda uma postura metodológica fortemente realista.

Mas se os historiadores franceses da primeira metade do século XIX privilegiavam a análise do todo social e optavam metodologicamente por uma descrição realista e desapaixonada dos fatos, expressão das “leis da história”, o que os mantinha afastados dos marxistas, além de suas convicções políticas conservadoras? Como e por que Plekhanov seguia afirmando que havia entre eles um impasse acerca do papel do indivíduo na história?

história e cultura universais. Despertou controvérsia com seus métodos interdisciplinares e pela concentração em questões sociais, ambientais e até mesmo psicológicas da história. Seu ambicioso livro *Deutsche Geschichte* (História Alemã), abarcando toda a trajetória da história alemã, provocou uma famosa disputa metodológica no meio acadêmico da Alemanha, especialmente com Max Weber.

²⁵ PLEKHANOV, Georgi. *A Concepção Materialista da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 84.

²⁶ *Ibid.*, p. 85.

²⁷ CHATEAUBRIAND, Apud PLEKHANOV, Georgi. *A Concepção Materialista da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 90.

Para Plekhanov, estes historiadores supervalorizavam a dinâmica social, restringindo a margem de manobra dos indivíduos a algo próximo de zero. Se, por um lado, o historicismo alemão creditava aos heróis a responsabilidade pelas grandes inflexões da história, seus homônimos franceses, por sua vez, anulavam completamente a capacidade dos indivíduos agirem sobre os acontecimentos, fazendo uma história onde os homens são meros fantoches das *condições objetivas*²⁸. Para Plekhanov o correto seria assumir uma posição algo intermediária entre a negação de qualquer possibilidade de intervenção consciente e subjetiva diante da realidade e sua supervalorização:

Assim, pois, os indivíduos, graças a determinadas particularidades de seu caráter, podem influir nos destinos da sociedade. Por vezes sua influência pode ser considerável, mas, tanto a própria possibilidade desta influência, como suas proporções, são determinadas pela organização da sociedade, pela correlação das forças que nela atual²⁹.

Enfim, Plekhanov volta ao ponto de onde não se afastou ao longo de toda a sua reflexão: são os homens que fazem a história, mas em condições que não estão sob seu controle. O exemplo dado por ele é emblemático: o que faz com que Rafael, Da Vinci, Corregio, Michelangelo, Tintoretto, entre outros homens geniais, tenham sido mais ou menos contemporâneos e habitado mais ou menos a mesma parte do globo, senão condições materiais que converteram todo esse talento em força social num dado tempo e espaço?

Conclusão: Plekhanov e a busca por uma teoria da história

Na luta entre diferentes perspectivas teóricas é normal que a crítica tome dimensões às vezes exageradas. O marxismo foi alvo comum desse procedimento dialético de negação – muitas vezes com justiça, diga-se – pagando um preço alto por seus equívocos. Portanto, é justo que nos perguntemos em que medida poderia ser útil para a escrita de uma história da historiografia do século XIX as contribuições de um exilado russo cuja produção propriamente historiográfica é quase inexistente.

²⁸ Curiosamente, a contradição entre *condições objetivas* e *necessidades subjetivas* dará origem a uma intensa polêmica entre os marxistas ao longo do século XX.

²⁹ PLEKHANOV, Georgi. A Concepção Materialista da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 97.

De acordo com Estevão Martins, “teoria da história” seria a análise epistemológica da história como ciência, isto é, a forma de produção de conhecimentos sobre o passado dos agentes racionais humanos em sociedade³⁰. Plekhanov, embora não tenha uma produção historiográfica relevante, é o primeiro a desenvolver uma crítica sistemática, desde o ponto de vista marxista, das formas de produção do conhecimento histórico. É impossível, portanto, buscar recompor o ambiente dos embates teóricos acerca do ofício do historiador e suas abordagens sobre o passado sem considerar a influência que o marxismo exercia na intelectualidade europeia nas últimas décadas do século XIX. O que Plekhanov desenvolve, ao problematizar o lugar relegado aos sujeitos na produção historiográfica da época, é uma crítica absolutamente original às opções teórico-metodológicas dos historiadores de seu tempo.

Ao contrário do que uma visão preconceituosa poderia supor, Plekhanov não adere a determinismos estéreis. Evidentemente, o econômico e o social têm, para ele, um peso determinante no processo histórico. Viana chega mesmo a afirmar que “o problema de Plekhanov é pensar que a ‘força determinante’ da história é o estado das forças produtivas. O fetichismo das forças produtivas, que passa a ter um desenvolvimento metafísico, não determinado pelas relações de produção”³¹. Mas suas conclusões, admitindo a importância da ação dos indivíduos na história, contestam a visão de um marxismo pobre, incapaz de ver a história para além das massas anônimas e das determinações econômicas.

Plekhanov estava, portanto, em consonância com seu tempo: um tempo de mudanças e críticas à História tal como se havia produzido até ali. É um crítico da História Política, décadas antes do surgimento dos *Annales*, mas não despreza o fato de que outros, muito antes, já haviam se levantado contra essa forma de fazer História. A historiografia tem sua historicidade e Plekhanov é apenas um exemplo original desta máxima. Como lembra René Rémond sobre a reação dos *Annales*:

Se a nova orientação lançava o anátema sobre a história política, não era porque os historiadores do político tivessem uma visão estreita e incompleta

³⁰ MARTINS, Estevão Rezende de. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: COSTA, Cléria Botelho. *Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15, 2002. p. 15.

³¹ VIANA, Nildo Silva. O papel do indivíduo na história. In: *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 14. N. 21, 2013, p. 123.

da política, mas porque a política em si não passava, como disse Barrès da inteligência, de uma pequena coisa na superfície do real: a verdadeira realidade não estava ali. Essa recusa da história política implicava todo um conjunto de postulados sobre a natureza do político e o sentido de suas relações com as outras séries de fenômenos sociais. Inscrevia-se numa filosofia global que participava do clima da época, e encontrava conivências e pontos de apoio na "ideologia dominante". As novas orientações da pesquisa histórica estavam em harmonia com o ambiente intelectual e político. O advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas³².

Plekhanov está, ao buscar responder à sua inquietação sobre o papel do indivíduo na história, refletindo sobre as condições de produção do conhecimento histórico. Está, portanto, em busca de uma teoria da história. Ao mesmo tempo, produz um esboço de crítica historiográfica, inventariando as formas do conhecimento histórico pré-iluministas, destacando o papel dos historiadores franceses pós-iluministas do período da Restauração (Guizot, Mignet e Thierry) quando estes se opuseram às formas de se fazer História de então, reforçando a crítica ao historicismo e desenvolvendo sua própria síntese, numa história feita por indivíduos condicionados historicamente, mas em condições de agir sobre a realidade. Sua síntese levaria em conta que:

As particularidades individuais das personalidades eminentes determinam o aspecto individual dos acontecimentos históricos, e o elemento casual, no sentido que indicamos, desempenha sempre certo papel no curso desses acontecimentos, cuja orientação é determinada, em última instância, pelas chamadas causas gerais, isto é, de fato, pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações mútuas entre os homens no processo econômico-social da produção.³³

Apesar do acento economicista – um traço da assimilação formalista do marxismo por parte da II Internacional³⁴ – notamos em Plekhanov um esforço para extrair das teorias então predominantes aquilo que poderia compor uma síntese superior. Numa obra pouco conhecida no Brasil³⁵, essa tentativa de síntese fica ainda mais clara:

³² RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 19.

³³ PLEKHANOV, Georgi. A Concepção Materialista da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 107.

³⁴ Principal expressão dessa assimilação formalista e da influência positivista na II Internacional, fundada em 1889, é a obra de Edward Bernstein, *Socialismo Evolucionário*, em que este abandona a perspectiva da ruptura revolucionária formulando a hipótese de um socialismo que seria alcançado mediante o aperfeiçoamento do próprio sistema capitalista.

³⁵ Refiro-me ao livro *Ensaio sobre o desenvolvimento da concepção monista da história*, publicado pela editora Horizonte Universitário, de Lisboa, em 1973. O trecho abaixo refere-se à página 64.

Os fenômenos casuais e as particularidades individuais das personalidades destacadas são incomparavelmente mais fáceis de perceber que as profundas causas gerais. Os homens do século XVIII deram pouca atenção a essas causas gerais, explicando a História como resultado de atos conscientes e das "paixões" das personalidades históricas. Os defensores da nova orientação na ciência histórica se dedicaram a demonstrar que a História não poderia tomar rumo diferente ao que na realidade seguiu (...) procurando fazer ressaltar do melhor modo possível a ação das causas gerais, passando ao largo das particularidades individuais dos personagens históricos. (...) O choque destas duas concepções adquiriu a forma de antinomia, cujo primeiro termo era as leis gerais e o segundo, a ação as personalidades. Do ponto de vista do segundo termo da antinomia, a História parecia uma simples concatenação de casualidades; do ponto de vista do primeiro termo, parecia que até mesmo os traços individuais dos acontecimentos históricos obedeciam às causas gerais.

Nota-se que Plekhanov aborda simultaneamente a História como produto do ofício dos historiadores e como ação dos indivíduos no passado. Essa é uma constante ao longo de seu estudo *O papel dos indivíduos na história*. Trata-se ao mesmo tempo, portanto, de uma crítica historiográfica, uma proposta metodológica e uma abordagem filosófica. Uma reflexão teórica profunda sobre as condições nas quais os historiadores produzem seu conhecimento e lidam com o passado.

Concluimos com este breve estudo, que seria impossível desenvolver uma história da historiografia do século XIX sem considerar as contribuições de Georgi Plekhanov e outros marxistas que, a seu modo, buscaram refletir sobre os caminhos do conhecimento histórico. Além disso, podemos concluir que mesmo no caso de um destacado dirigente político como Plekhanov, a preocupação com a produção de um conhecimento verificável e fiel aos acontecimentos, na perspectiva de uma “história-ciência”, também estava no centro de suas preocupações.

Por essa razão, entendemos que Plekhanov foi um importante crítico do historicismo alemão e da História Política dos “grandes heróis”, sem com isso, desprezar completamente o papel dos indivíduos no curso dos eventos históricos. Ao mesmo tempo, soube reconhecer que o marxismo não foi nem a primeira e nem a única teoria a criticar essa abordagem, pagando seu tributo aos historiadores franceses da época da Restauração.

Referências

BENTIVOGLIO, Júlio. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. In: *Revista de Teoria da História*, Ano 1, Número 3, junho/2010.

CAAR, Edward. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CALDAS, Pedro. Wilhelm von Humboldt (1767-1835). In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 71-80.

DROYSEN, Johan Gustav. Arte e Método. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 37-46.

GRESPLAN, Jorge. Hegel e o Historicismo. *História Revista - Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG*, Vol. 7, nº 1, 2002.

LOPES, Renato. Thomas Carlyle (1795-1881). In: MARTINS, Estevão Rezende de (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 17-22.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita, teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 11-26.

MARTINS, Estevão Rezende de. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: COSTA, Cléria Botelho. *Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15, 2002. p. 11-26.

_____. (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

PLEKHANOV, Georgi. *A Concepção Materialista da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Ensaio sobre o desenvolvimento da concepção monista da história*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1973.

RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

TREVEYLAN, George. Viés na História (1947). MARTINS, Estevão Rezende de (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 138-155.

VIANA, Nildo Silva. O papel do indivíduo na história. *In: Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 14. N. 21, 2013, p. 118-134.